

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
TRABALHO DE PROJETO

A INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESTRATÉGIA
DE EDUCAÇÃO DO
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

JOANA FRANCO DE SÁ BACELAR DO NASCIMENTO

OUTUBRO - 2018

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

TRABALHO DE PROJETO

**A INTEGRAÇÃO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESTRATÉGIA
DE EDUCAÇÃO DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS**

JOANA FRANCO DE SÁ BACELAR DO NASCIMENTO

ORIENTAÇÃO:
PROF. LUÍS PAULO MAH SILVA

OUTUBRO – 2018

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, que sempre me indicou o caminho a seguir e me deu a necessária força, inspiração e motivação para responder aos desafios que me foram propostos.

Em segundo, aos meus amigos e à minha família, que tanto me apoiou, e em especial aos meus avós, que sempre me fizeram saber que não há investimento melhor que na Educação e que é através dela que devo mudar o mundo.

Em terceiro, ao Prof. Luís Mah, que, mesmo estando eu a viver fora do país, me deu o apoio necessário e me deixou constantemente entusiasmada com a redação do trabalho.

Em quarto e último, ao Corpo Nacional de Escutas, em especial ao Chefe Nacional Adjunto Joaquim Castro de Freitas, pelo acompanhamento e colaboração constantes, e ao meu Agrupamento 729 – Cascais por me proporcionar, em conjunto com os outros escuteiros, a possibilidade de deixar o mundo um pouco melhor do que o encontrei.

Resumo

A Agenda 2030 constitui um plano de ação centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias, e tem como objetivo final o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, assumindo as partes interessadas responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação.

Este TFM surge com o intuito de apresentar soluções e recomendações sobre um problema prático organizacional, que diz respeito à necessidade de criação de uma estratégia de integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a maior Associação de Juventude Portuguesa – O Corpo Nacional de Escutas.

O TFM, sob a forma de Trabalho de Projeto, baseia-se na Agenda 2030 e na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, criando, através da resposta às duas questões de investigação, um plano de ação concreto para a integração dos ODS na estratégia de Educação do Corpo Nacional de Escutas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, Educação para o Desenvolvimento, Corpo Nacional de Escutas, Escutismo

Abstract

The 2030 Agenda is a plan of action focused on people, the planet, prosperity, peace and partnerships, with the goal of sustainable development and the eradication of poverty, with stakeholders having their own responsibilities in regard to their implementation.

This MFW arises with the intention of presenting solutions and recommendations on a practical organizational problem, which concerns the need to create a strategy to integrate the Sustainable Development Objectives (SDGs) for the largest Portuguese Youth Association - The Portuguese Catholic Scout Association.

The MFW, in the form of a Project Work, is based on the 2030 Agenda and the Portuguese National Strategy for Education for Development 2018-2022, creating, through the response to the two research questions, a concrete action plan for the integration of SDGs in the Education Strategy of the Portuguese Catholic Scout Association.

Key Words: Sustainable Development, Sustainable Development Goals, Agenda 2030, Education for Development, Corpo Nacional de Escutas, Scouts

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Identificação do Problema de Investigação.....	9
1.2 Questões Centrais de Investigação.....	10
1.3 Estrutura do Projeto.....	12
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	14
Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como Agenda Global.....	14
2.1 A Agenda 2030.....	14
2.2 Processos e Cimeiras.....	15
2.3 Objetivos do Milénio: Origem, Transição e Avaliação.....	17
2.4 Implementação da Agenda 2030.....	18
3. METODOLOGIA.....	20
A Educação para o Desenvolvimento.....	20
3.1 A Educação para o Desenvolvimento: Enquadramento Conceptual.....	20
3.2 A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e sua Implementação.....	21
4. ESTUDO DE CASO.....	24
4.1 O Corpo Nacional de Escutas.....	24
4.1.1. Os ODS e o Plano de Ação da Organização Mundial do Movimento Escutista.....	24
4.1.2 CNE – A Maior Associação de Juventude Portuguesa.....	25
4.1.2.1 O Ideal Escutista.....	26
4.1.2.2 Estrutura Organizacional.....	28

4.2 A Integração dos ODS no CNE.....	34
4.2.1 Estado Atual.....	34
4.2.2 OS ODS na Região Europeia.....	36
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
5.1 Plano de Integração dos ODS no CNE.....	39
CONCLUSÃO.....	43
BIBLIOGRAFIA.....	44

Siglas

ACANAC Acampamento Nacional do CNE

ACANUC Acampamento de Núcleo do CNE

ACAREG Acampamento Regional do CNE

CNE Corpo Nacional de Escutas

ED Educação para o Desenvolvimento

ENED Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

MNE Ministério dos Negócios Estrangeiros

ODS Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMME Organização Mundial do Movimento Escutista

ONG Organização Não-Governamental

ONGD Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

ONU Organização das Nações Unidas

UE União Europeia

Lista de Quadros

Quadro 1 – A Lei do Escuta

Quadro 2 - Três Princípios do Escuta

Quadro 3 - Termos de Compromisso de Aderência ao CNE através da Promessa

Quadro 4 - As Secções do CNE

Quadro 5 - As Secções do CNE na vertente marítima

Quadro 6 - Órgãos do CNE e suas Funções

Lista de Figuras

Figura 1 - Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

Figura 2 - Mecanismo de Educação para o Desenvolvimento: conceito e objetivo

Figura 3 - Campanha Mundial de Envolvimento de Escuteiros com os ODS, através da Parceria entre a ONU e a OMME

Figura 4 - Campanha Mundial da OMME com o intuito de permitir a 100 milhões de jovens uma cidadania ativa através do Escutismo

Figura 5 - Agrupamentos do CNE em Portugal Continental

Figura 6 - Agrupamentos do CNE nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

Figura 7 - Agrupamentos do CNE na Suíça

Figura 8 - Agrupamento do CNE em Macau

Figura 9 - Uniforme Escutista

Figura 10 - Método Escutista

Figura 11 - Objetivos Pedagógicos

Figura 12 - Divisão do Efetivo por Secções

Figura 13 - Insígnia do CNE do desafio da concretização dos ODS

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Mestrado é realizado sob a forma de Trabalho de Projeto, tendo em vista a apresentação de soluções e recomendações sobre um problema prático da área de conhecimento do curso, integrando conhecimentos e competências adquiridos ao longo do mesmo. Com efeito, o Trabalho de Projeto é orientado para a resolução de um problema organizacional concreto, através da sua componente prática, por meio de uma abordagem técnico-científica, baseada na literatura, enquadramento teórico e justificação metodológica, bem como numa cuidada análise de dados recolhidos com vista a oferecer soluções para o problema organizacional identificado.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

O Trabalho de Projeto surge, assim, como resultado do levantamento de um problema concreto com o qual o Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português (CNE), a maior Associação de Juventude de Portugal se depara, tendo sido levantado pela Equipa de Desenvolvimento e Relações Externas. O problema central da investigação diz respeito à necessidade de criação de uma estratégia de integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) através da Educação para o Desenvolvimento (ED), que deve ser incorporada na estrutura de Desenvolvimento e Relações Externas do CNE e no seu programa educativo. Em conformidade com o Plano de Ação 2017-2020 da organização máxima do movimento escutista - Organização Mundial do Movimento Escutista (OMME) - que lança as diretrizes para 40 milhões de escuteiros a nível mundial, deve ser introduzida a integração dos ODS no programa educativo juvenil de cada associação, estando prevista a sua implementação ainda durante o presente mandato da direção do CNE - 2017-2020.

Com efeito, no Plano de Ação da OMME existem cinco objetivos fundamentais definidos no seu programa educativo, sendo que três deles dizem respeito à Educação para o Desenvolvimento:

- 1) Desenvolvimento de um modelo com vista a integrar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- 2) Aumento da quantidade e qualidade de projetos para o desenvolvimento da comunidade;
- 3) Capacitação de mais jovens com vista a ter um impacto positivo no seu ambiente.

Assim, estes três objetivos da OMME são a prioridade do modelo de integração dos ODS através da Educação para o Desenvolvimento na estratégia do CNE.

Nesta conformidade, pretende-se que os cerca de 72 mil escuteiros portugueses estejam aptos a identificar os ODS e as necessidades atuais do desenvolvimento, a criar mais e melhores projetos de desenvolvimento na sua comunidade e a ter um impacto positivo no seu ambiente.

A Associação poderá, através deste Trabalho de Projeto, beneficiar de soluções e recomendações que visem fazer face ao problema existente, tendo como intuito a maior consciencialização dos escuteiros para os problemas mundiais e, através do método escutista e diretrizes nacionais, deverá ser possível direcionar as suas ações com base na Agenda para o Desenvolvimento.

1.2 QUESTÕES CENTRAIS DE INVESTIGAÇÃO

Tendo em 2015 sido aprovada na sede da ONU a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, os Estados Membros desta Organização fixaram e comprometeram-se a alcançar até 2030 os atuais 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com efeito, a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável constitui um plano de ação centrado em cinco áreas, sendo elas as pessoas, o planeta, a paz, a prosperidade e as parcerias, e tem por objetivo final o desenvolvimento económico, social e ambiental à escala mundial.

Esta nova Agenda sucede à anterior Declaração do Milénio das Nações Unidas, adotada em 2000 pelos Estados Membros, e através da qual se formularam os 8 Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Por terem sido elaborados apenas por um grupo

restrito de especialistas, ficaram limitados às contribuições destes. Contrariamente, o estabelecimento dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável caracteriza-se pela ampla participação de diversas partes interessadas no processo de elaboração da Agenda 2030, tendo sido bastante valorizada a participação de diversos atores, incluindo Organizações Não-Governamentais (ONGs), o setor privado, universidades, parceiros sociais e outros membros da sociedade civil. Por outro lado, os ODS, para além de terem uma maior dimensão no que diz respeito ao combate às desigualdades e promoção de Direitos Humanos, também se caracterizam pela sua dimensão universal, a implementar por todos os países, e não apenas pelos países em desenvolvimento, como era o caso dos ODM.

Tendo em conta o importante papel que a sociedade civil e, em particular, as ONGs tiveram na seleção dos ODS, importa perceber como é que as organizações da sociedade civil podem ajudar a alcançar os ODS. Nesta conformidade, o CNE, a maior associação de Juventude a nível nacional, (sendo o escutismo em si o movimento líder a nível mundial de educação juvenil), tem vindo a discutir o seu papel no alcance dos ODS e a criar algumas ações, mas continua sem uma estratégia definida.

Assim, este projeto pretende ajudar a associação a começar a encontrar uma solução para este problema, tendo em vista a criação de um modelo de resposta que tenha por base iniciativas de integração dos ODS de cariz escutista, através da Educação para o Desenvolvimento, e que possa ser introduzido na estratégia do CNE. Nesta conformidade, importa formular duas perguntas de partida, que representam os assuntos principais a ser estudados neste trabalho de investigação, devendo levar a respostas concretas face ao problema central. As questões abrangem áreas suficientemente extensas que permitem um aprofundamento da revisão da literatura e uma adaptação automática ao projeto, que definirá a estrutura do trabalho final, sendo estas as seguintes:

1. Como é que a ED pode ajudar o Corpo Nacional de Escutas a contribuir positivamente para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

2. Como pode o CNE, através da ED, e tendo em conta outras iniciativas escutistas, implementar os três objetivos da OMME relativos ao Desenvolvimento Sustentável no seu programa?

1.3 ESTRUTURA DO PROJETO

Considerando que a estrutura deste projeto tem por base a resposta a estas duas perguntas, este seguirá algumas linhas orientadoras que identificam, sustentam e apoiam o trabalho, organizando-o da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, que diz respeito à Introdução, identifica o problema da investigação, as questões centrais da mesma e a estrutura do projeto, tendo por objetivo principal expor a importância do tópico de investigação desenvolvido.

O segundo capítulo, o da Revisão de Literatura, tem por objetivo justificar a relevância do estudo dos ODS, sendo analisada profundamente a literatura existente sobre o tópico. Com efeito, o segundo capítulo, *Os ODS como Agenda Global*, é sustentado na sua totalidade pela matéria leccionada da Unidade Curricular (UC) “Ciências Sociais para o Desenvolvimento” - 1º Semestre do 1º Ano do Mestrado e tem por base o sub-capítulo *A Agenda 2030*, com o propósito entender o plano concreto da ONU e seus Estados Membros face aos ODS - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - através da qual se formula a proposta educativa que a OMME lança aos escuteiros de todo o mundo: “Desenvolvimento de um modelo com vista a integrar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (Plano de Ação 2017-2020). Com vista a este entendimento, o sub-capítulo visa o entendimento dos ODS através da sua origem, progresso, alcance e importância. Assim, o tema desenvolvido, sob uma orientação da pesquisa bibliográfica para a literatura fundamental, baseada em factos identificados e relatados anteriormente, define as bases do trabalho, através também dos restantes sub-capítulos.

Nesta conformidade, no terceiro capítulo é desenvolvida uma abordagem metodológica ao problema em questão, de modo a obter respostas às perguntas centrais da investigação. Com efeito, a abordagem metodológica tem por base a Educação para o Desenvolvimento, podendo esta ser uma possível resposta ao problema enfrentado pela Associação. Assim, o terceiro capítulo incide sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e divide-se em dois sub-capítulos, sendo que o primeiro é uma reflexão sobre a definição, origem, necessidade, papel e evolução da Educação para o Desenvolvimento e o segundo sobre a estratégia utilizada em Portugal para a sua implementação, a chamada *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)*, tida em conta na

proposta a realizar. Esta estratégia foi escolhida por ser a que melhor se adapta à realidade das organizações portuguesas, por ter diretrizes claras, por ser bastante completa e por se enquadrar nas necessidades reais do CNE. Este capítulo tem como intuito entender, justificar e explicar a utilização da Educação para o Desenvolvimento enquanto abordagem metodológica, através da sua descrição cuidadosa. Tem como objetivo fundamental a operacionalização da primeira pergunta de investigação.

O quarto capítulo, ao introduzir o Estudo de Caso do CNE, introduz as particularidades da Associação, incidindo sobre o seu modo de funcionamento. Começa por identificar o plano da OMME para os ODS e explicita a importância do CNE enquanto maior Associação de Juventude de Portugal. O subcapítulo *A Integração dos ODS no CNE* tem como objetivo fundamental a operacionalização da segunda pergunta e compreende dois pontos, ambos diretamente ligadas aos capítulos anteriores. Assim, após uma breve introdução sobre ações desenvolvidas entre a OMME e a ONU, que constitui um enquadramento importante visto que existem uma série de iniciativas conjuntas a nível global entre ambos, nomeadamente na área do Desenvolvimento Sustentável, inclui-se o primeiro ponto - *O Estado Atual* - remetendo para a situação em que o CNE se encontra face à integração dos ODS na Associação. O segundo ponto diz respeito aos *ODS na Região Europeia*, incidindo sobre as boas práticas de outras Associações Escutistas Europeias, podendo estas vir a servir de exemplo para o CNE. Este capítulo foi concebido fundamentalmente através de entrevistas, visto complementar a pouca informação que se encontra disponível sobre o tema. Com efeito, foram realizadas três entrevistas, uma ao Chefe Nacional Adjunto do CNE, Joaquim Castro Freitas, coordenador da Equipa de Desenvolvimento e Relações Externas, outra ao ex-Presidente do Comité Mundial do Escutismo (2014-2017), João Armando Gonçalves, e a terceira a Veerle Havarhals, que integra o Comité Europeu do Escutismo (órgão executivo da Região Europeia) responsável pelas Relações Externas, que inclui o portfólio dos ODS. Nesta conformidade, pretende-se identificar diferentes projetos de Educação para o Desenvolvimento nas Associações Escutistas Europeias, podendo estes constituir uma verdadeira ajuda na resolução do problema do CNE.

O quinto capítulo, por último, diz respeito às recomendações e soluções, tratando efetivamente de responder às questões centrais da investigação, expondo uma reflexão sobre os resultados obtidos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO AGENDA GLOBAL

2.1 A AGENDA 2030

“A Nova Agenda das Nações Unidas para 2030 constitui um plano de ação centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (5P), tendo como objetivo final a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual todos os Estados e outras partes interessadas assumem responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação, enfatizando-se que ninguém deve ser deixado para trás.”

In Relatório Voluntário Nacional - Portugal (2017)

A Agenda 2030 é uma agenda transformadora para o desenvolvimento sustentável, adoptada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da resolução *Transformar o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (A/RES/70/1). A Agenda, assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, pressupõe a integração dos mesmos nos processos, políticas e ações desenvolvidas nos planos nacional, regional e global. (Relatório Voluntário Nacional - Portugal, 2017) Com efeito, importa refletir sobre o seu processo de construção e implementação.

Figura 1 – Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: ONU, 2015

2.2 PROCESSOS E CIMEIRAS

Nos anos 1970 e 1980 começaram a ser produzidos os documentos pioneiros face ao tema do desenvolvimento sustentável e ambiente, através sobretudo de conferências internacionais (Simon & Schuster, 1982) Depois de em 1968 ser fundado o *Clube de Roma*, um *think tank* de relevo mundial que debatia o ambiente e a política internacional e económica, foi solicitado por este a criação do relatório *Os Limites do Crescimento* (1972), que abordou o tema do crescimento económico e populacional com uma oferta finita de recursos (Turner, 2008)

A primeira grande reunião de Chefes de Estado organizada pela ONU para tratar de questões relacionadas com a degradação ambiental surgiu em 1972, em Estocolmo, denominando-se *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* ou *Conferência de Estocolmo*. Uma década depois, surgiu a *Comissão Brundtland* ou *Comissão Mundial Sobre o Desenvolvimento e Meio-Ambiente* da Assembleia Geral das Nações Unidas (1982), onde foi produzido o importante relatório *O Nosso Futuro Comum* (1987), indicando como causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento a pobreza nos países do sul e o consumo extremo nos países do norte. Focou-se no desenvolvimento e ambiente, afirmando que ambos são inseparáveis, e formalizando a

definição mais amplamente aceite do Desenvolvimento Sustentável, acima transcrita. (Kates, Parris & Leiserowitz, 2005)

Posteriormente, surgiram os documentos *Princípios Florestais*, *Agenda 21* e *Declaração do Rio*, produzidos pela *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento* ou *Cimeira da Terra* (Rio de Janeiro, 1992) que acolheu uma agenda detalhada de ações desejadas com vista a combater o problema das alterações climáticas, abordando os temas da biodiversidade e florestas. Em 2002, na *Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável*, em Joanesburgo, o compromisso face ao Desenvolvimento Sustentável foi reafirmado. Com efeito, o conceito, objetivo e movimento estendeu-se e alastrou-se rapidamente e é hoje uma missão central para muitas organizações e instituições nacionais e internacionais, bem como para empresas ou cidades (Adams, 1990):

“Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.”

In Declaração do Milénio - ONU (2000)

Nesta conformidade, importa assim refletir sobre a *Conferência do Milénio das Nações Unidas* (Nova Iorque, 2000), que juntou os líderes mundiais e comprometeu as nações com o esforço global em favor da paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza. Da cimeira resultou a *Declaração do Milénio*, aprovada por 189 países, bem como um roteiro para concretizar os compromissos da Declaração, que englobou os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), 18 metas e 48 indicadores. Os objetivos caracterizaram-se por serem únicos na sua ambição, concretização e âmbito, bem como no reconhecimento explícito de que para serem atingidos seriam necessárias parcerias mais fortes entre atores do desenvolvimento e maior ação dos países do norte, expandido o comércio, aliviando a dívida, transferindo tecnologia e fornecendo ajuda (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003)

2.3 DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015 teve, não só reações positivas, como críticas negativas. Exemplo destas últimas é a posição assumida pelo economista americano William Easterly, que defendeu que a nova Agenda denotava falta de coerência, precisão e assertividade (Easterly, 2015).

Pelo contrário, com uma opinião mais positiva sobre os ODS, Sakiko Fukada-Parr (2016), defende que os ODS e os ODM diferiam no propósito, conceito e processo político da sua elaboração. Segundo Fukada-Parr, os ODS incorporam uma agenda mais vasta e transformadora, que reflete melhor os problemas complexos atuais e a necessidade de reformas estruturais na economia global. Assim sendo, em primeiro lugar, os ODM representavam uma agenda de ajuda Norte-Sul, predominantemente relevante para países em desenvolvimento, como também defende Harcourt (2005), já os ODS revelam-se uma agenda global para o desenvolvimento sustentável de todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento (tendo a ideia emergido da *Conferência Rio+20* de 2012, conduzida pelos Ministros do Ambiente de países do Norte e do Sul, em especial de países de renda média). Em segundo lugar, os ODM focavam-se sobretudo na pobreza, entendida como reunião das condições mínimas e seu alívio, sendo este um estreito conceito de desenvolvimento. Os ODS, por outro lado, incorporam como objetivos principais o fim da pobreza extrema, a sustentabilidade ambiental, social e económica, reconceptualizando o conceito de desenvolvimento. Em terceiro lugar, os ODM foram redigidos num processo top-down por tecnocratas com consultas limitadas a outras fontes de conhecimento e especialização, pelo que a agenda não revelou estar de acordo com os debates do momento sobre as prioridades do desenvolvimento e falhou na construção e ligação entre as agendas internacionais. Contrariamente, os ODS revelaram ser construídos através de um processo político e de negociação entre Estados, através do *Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral das Nações Unidas* e de um processo de intensas negociações diplomáticas e de debate entre stakeholders. Para além de ter decorrido durante três anos, o processo envolveu nove grupos principais com o intuito de representar os interesses específicos de grupos sociais, envolvendo um nível sem precedente de participação de governos, grupos da sociedade civil, académicos, grupos empresariais e agências da ONU (Sakiko-Parr, 2016)

2.4 IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

A implementação da Agenda 2030 é, em grande medida, responsabilidade dos governos, no entanto, os desafios exigem novas parcerias e uma maior expressão da solidariedade internacional, pelo que todos têm um papel a desempenhar. A avaliação dos progressos tem de ser realizada regularmente por cada país, envolvendo não só os governos, mas também empresas, representantes das várias partes interessadas e a sociedade civil. Nesta conformidade, é utilizado um conjunto de 230 indicadores globais, cujos resultados são compilados num relatório global anual - *The Sustainable Development Goals Report* - destacando a situação mundial atual face à prossecução dos objetivos globais, recorrendo a dados estatísticos e sublinhando as principais lacunas e desafios existentes. (Relatório Voluntário Nacional - Portugal, 2017)

No plano regional europeu, a Comissão Europeia publicou, em 2016, uma comunicação intitulada *Próximas etapas para um futuro europeu sustentável*, perspetivando-se a implementação da Agenda 2030 no âmbito da União Europeia (UE). Com efeito, a implementação interna por parte da UE da Agenda 2030 inclui duas vertentes de trabalho: a integração plena dos ODS no quadro político europeu e nas 10 prioridades da Comissão e a projeção de uma visão europeia de futuro com a identificação das políticas setoriais após 2020, que viabilizam o cumprimento dos ODS a longo prazo. Para além de vários instrumentos de financiamento da UE complementarem políticas e iniciativas europeias que contribuem para os ODS, destaca-se em particular a Política de Coesão como a principal de investimento da UE, através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e com o objetivo de alcançar um desenvolvimento social, económico e territorial assente na redução das disparidades ente as diversas regiões. Já no que diz respeito à implementação da dimensão externa da Agenda 2030, a Comissão apresentou em 2016 uma comunicação sobre a revisão do *Consenso Europeu para o Desenvolvimento* (2005), com vista a adaptar a política de desenvolvimento da UE à nova arquitetura internacional de desenvolvimento, tendo o novo Consenso sido aprovado em 2017. Deste modo, atualmente, muitas das políticas da UE contribuem para a implementação dos ODS a nível mundial. (Relatório Voluntário Nacional - Portugal, 2017), (Consenso Europeu para o Desenvolvimento, 2017)

A nível nacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) tem o papel de coordenação geral da implementação da Agenda 2030, em articulação com o Ministério do Planeamento e das Infra-estruturas. (Conselho de Ministros, 2016) Em função das diferentes competências e relações destas com as temáticas de cada ODS, foi atribuída a coordenação de cada um dos ODS ao Ministério responsável pela sua implementação, monitorização e revisão. Como este MNE indica, num quadro de complementaridade, deverá ser promovido e valorizado o diálogo com as entidades interessadas, num espírito de cooperação para a prossecução de cada objetivo e fomentadas parcerias, tendo estas uma dimensão necessária e prioritária no âmbito da implementação da Agenda 2030. Por outro lado, importa referir que Portugal tem como suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável os seguintes ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Igualdade de Género (ODS 5), Indústria, Inovação e Infra-estruturas (ODS 9), Redução das Desigualdades (ODS 10), Ação Climática (ODS 13) e Proteger a Vida Marinha (ODS 14). (Relatório Voluntário Nacional - Portugal, 2017) Nesta conformidade, a nível nacional, surge a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), sendo a mais recente e em vigor a de 2018-2022. A necessidade da mesma surge como resultado da aprovação da Agenda 2030 e em especial da Meta 4.7 do ODS nº 4 - Educação:

“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.”

In Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)

3. METODOLOGIA

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

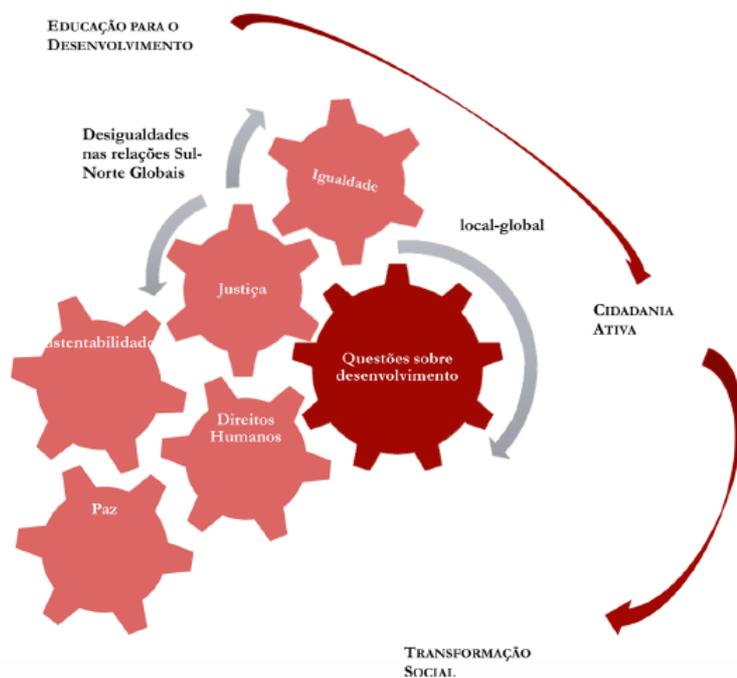
3.1 A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

“A ED é compreendida como um processo de aprendizagem ao longo da vida, comprometido com a formação integral das pessoas, o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado, e com a participação cidadã. Este processo tem como objetivo último a transformação social no sentido da prevenção e do combate às desigualdades sociais, nomeadamente às desigualdades entre mulheres e homens, do combate à discriminação, da promoção do bem-estar nas suas múltiplas dimensões, da inclusão, da interculturalidade, da justiça social, da sustentabilidade, da solidariedade e da paz, tanto ao nível local como ao nível global.”

In Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018)

O conceito de ED tem evoluído de acordo com as diferentes e novas práticas, teorias e abordagens nos campos do Desenvolvimento, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação. Se até aos anos 1960 as práticas se caracterizaram pela sensibilização para situações de emergência e subdesenvolvimento através da divulgação de informação sobre projetos de ajuda internacional com vista à recolha de fundos, a partir da década de 1970, a concepção de ED centrou-se no pensamento crítico e compreensão das causas de desigualdade social. Posteriormente, assistiu-se à transformação da concepção de desenvolvimento, já não tanto centrada na

Figura 2 - Mecanismo de Educação para o Desenvolvimento: conceito e objetivo



Fonte: ENED, 2018

visão economista do mesmo, mas complementada por uma perspetiva mais centrada nas pessoas e ambiente, articulada com outras abordagens educativas como a Educação para a Paz, para os Direitos Humanos ou para a Igualdade de Género. (ENED, 2018)

Nesta conformidade, atualmente a ED procura promover a consciencialização para os temas transversais às questões do desenvolvimento, como a promoção da interculturalidade, paz, democracia e justiça social, ou a defesa da sustentabilidade ambiental, social e económica, condição para um desenvolvimento sustentável. (ENED, 2018)

Tomando nota da evolução da discussão conceptual em torno da ED, importa referir que a definição desta acima transcrita diz respeito à utilizada pela Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento, assente em elementos considerados fundamentais de três diferentes e importantes definições: a avançada pelo *Consenso Europeu sobre Educação para o Desenvolvimento* (2007), a do *Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa* (2014) e a da Plataforma Portuguesa das ONGD (2002/2017). (ENED, 2018)

3.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO

A ENED 2018-2022, que sucede à ENED 2010-2016, resulta de um trabalho de debate e reflexão promovido por diversas entidades públicas da sociedade civil, e foi atualizada dado o reconhecimento nacional e internacional da sua relevância social, política e educativa. Para além de ir ao encontro dos objetivos da Resolução da Agenda 2030, como referido no fim do segundo capítulo deste trabalho, a ENED integra também objetivos do *Novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento “O Nosso Mundo, a Nossa Dignidade, o Nosso Futuro”* (2017), na medida em que a UE prevê que os seus Estados-Membros apoiem as organizações da sociedade civil enquanto “promotores, executantes e agentes da mudança no âmbito da sensibilização e da Educação para o Desenvolvimento”(Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento, 2017) Por outro lado, no Consenso constata-se que a “Educação para o Desenvolvimento e a sensibilização podem desempenhar um papel importante no aumento dos níveis de participação do público e na forma como se procuram atingir os ODS a nível nacional e mundial, contribuindo, assim, para a cidadania global.” (Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento, 2017). Com efeito,

a ENED vem reforçar o compromisso político nacional no domínio da Educação para o Desenvolvimento, assumindo o Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.) o papel central nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da ED, assegurando o envolvimento do país em instâncias internacionais com responsabilidade em matéria de ED, como o *Global Education Network Europe* ou o *Comité de Assistência ao Desenvolvimento* da OCDE (ENED, 2018). Nesta conformidade, e tendo em conta o enquadramento conceptual anteriormente feito, na ENED podem distinguir-se três formas de intervenção nos processos de aprendizagem realizados no âmbito das ações de ED. São elas:

1. *Sensibilização, Consciencialização e Mobilização*: A sensibilização caracteriza-se pela orientação para a mudança de comportamentos, atitudes e valores e visa ser o primeiro passo para a consciencialização dos cidadãos relativamente à discriminação, injustiça, falta de solidariedade e desigualdade, permitindo gerar um maior compromisso para a transformação social através da mobilização dos cidadãos.
2. *Ação Pedagógica*: Esta ação promove não só a leitura crítica sobre questões de desenvolvimento, especialmente sobre causas e consequências de desigualdades sociais num contexto de interdependência, como também a mobilização para a transformação dessas realidades. Com efeito, a ação pedagógica implica conhecer, refletir, problematizar, criar e concretizar propostas alternativas para as situações de injustiça.
3. *Concertação para a melhoria das políticas*: dirige-se a quem tem o poder de decisão - político, social, religioso, económico, etc. - a nível local, nacional e internacional. Tem por objetivo fornecer argumentos de modo a mudar ou preparar políticas no sentido de promover a igualdade, equidade, justiça, não discriminação e solidariedade nos contextos local e global. (ENED, 2018)

O objetivo da ED - a formação de cidadãos responsáveis comprometidos com um processo de transformação social com vista à construção de sociedades mais justas, inclusivas, solidárias, sustentáveis e pacíficas - é coerente com os princípios de ação que o norteiam: cooperação, coerência, equidade, igualdade, corresponsabilidade, não

discriminação, participação, solidariedade e justiça social. Tratando-se de um processo educativo, a ED desenvolve-se num quadro alargado que compreende três tipos de educação: formal, informal e não-formal. A educação formal realiza-se normalmente em contexto escolar e conduz a diplomas oficiais e a qualificações reconhecidas; a educação informal não é organizada ou orientada para o processo educativo e refere-se à aprendizagem espontânea no meio onde se vive e através das experiências quotidianas das relações interpessoais; a educação não-formal diz respeito a iniciativas educativas organizadas e intencionais que se desenrolam num contexto organizacional específico. (La Fundación Vicente Ferrer, 2014)

Ao promover o CNE a educação não-formal, a ENED poderá enquadrar-se na sua estratégia. Após a reflexão sobre a atuação da ENED, importa compreender as particularidades da Associação Escutista.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

4.1.1 OS ODS E O PLANO DE AÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO MOVIMENTO ESCUTISTA

Fazendo o CNE parte da organização máxima do escutismo - Organização Mundial do Movimento Escutista (OMME), a Associação segue as diretrizes da Organização, lançadas para cerca de 40 milhões de escuteiros a nível mundial, através, primeiramente das Regiões (Europa, Eurásia, Inteamérica, África, Ásia-Pacífico e Árabe), e depois das associações escutistas nacionais, como o CNE. Com efeito, em conformidade com o Plano de Ação 2017-2020 da OMME, existem cinco objetivos fundamentais definidos para o Programa Educativo, sendo que três deles dizem respeito à Educação para o Desenvolvimento, sendo eles:

- 1) Desenvolvimento de um modelo com vista a integrar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;*
- 2) Aumento da quantidade e qualidade de projetos para o desenvolvimento da comunidade;*
- 3) Capacitação de mais jovens com vista a ter um impacto positivo no seu ambiente.*

Como membro da OMME, o CNE deve integrar estes objetivos na sua estratégia e atividades. Assim sendo, é necessário ser criada uma estratégia de Educação para o Desenvolvimento, em torno dos ODS, a qual deve ser incorporada e implementada ainda através do presente mandato da direção do CNE - 2017/2020. Com esta estratégia, pretende-se que os cerca de 72 mil escuteiros portugueses estejam aptos a identificar os ODS e as necessidades atuais do desenvolvimento, criar mais e melhores projetos de desenvolvimento na sua comunidade e ter um impacto positivo no seu ambiente, por via do ensino e consciencialização para os ODS. Os jovens escuteiros portugueses deverão, após incluídos os ODS no seu programa educativo, estar mais consciencializados para as problemáticas mundiais e, através do método escutista e diretrizes nacionais, direcionar as suas ações com base na Agenda para o Desenvolvimento.

Figura 3 - Campanha Mundial de Envolvimento de Escuteiros com os ODS, através da Parceria entre a ONU e a OMME



Fonte: OMME, 2014

4.1.2 CNE - A MAIOR ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE PORTUGUESA

O CNE é atualmente a maior Associação de Juventude em Portugal, contando com um efetivo ativo de 71.993 escuteiros, divididos localmente por 1025 Agrupamentos, tendo um efetivo médio, por Agrupamento, de 69 associados. Através da sua inserção na comunidade local, por via da finalidade educativa da sua ação - escutista e cristã, o CNE tem um papel social e político, ainda que não partidário. O CNE relaciona-se com diferentes organismos públicos, uns comuns a todo o território nacional e outros de âmbito mais local. Entre outros, destacam-se o Conselho Municipal de Juventude, a Conferência Nacional de Apostolado de Leigos, o Conselho Consultivo de Juventude, a Confederação Portuguesa de Voluntariado e o Conselho Nacional de Juventude. (CNE, 2018) Assim, o CNE, enquanto maior associação de juventude de Portugal, através não só do seu efetivo, mas também enquanto associação representada noutros canais, tem o potencial para ser uma grande mais valia no que diz respeito à campanha pelos ODS. Com efeito, importa entender a sua estrutura interna e o seu ideal.

4.1.2.1 O IDEAL ESCUTISTA

“O Escutismo é um movimento cuja finalidade é educar a próxima geração como cidadãos úteis e de vistas largas. A nossa intenção é formar homens e mulheres que saibam decidir por si próprios, possuidores de três dons fundamentais: saúde, felicidade e espírito de serviço.”

Robert Baden-Powell of Gilwell (B.-P.) - fundador do Movimento Escutista (1907)

Com o propósito de criar cidadãos que estivessem ao serviço do Estado, ao mesmo tempo que reestruturavam a sociedade, Baden-Powell, Ex-General do Exército Britânico, criou, em Agosto de 1907, o primeiro acampamento de escuteiros, com vinte rapazes, na ilha de Brownsea, em Inglaterra. Tendo utilizado um método de aprendizagem apelativo para os jovens, e, tendo este funcionado realmente, decidiu publicar o livro *Escutismo para Rapazes*, tornando-se num dos livros com mais sucesso de sempre. Com efeito, jovens de todo o mundo, inspirados pelos seus ensinamentos, começaram a organizar-se e criaram aquilo que é hoje o maior movimento de voluntariado do mundo. Em Portugal, o Corpo Nacional de Escutas teve a sua origem em Braga a 27 de Maio de 1923, através dos seus fundadores Dr. Avelino Gonçalves e Arcebispo Manuel Vieira de Matos, e é membro da OMME desde 1929. (CNE, 2017)

Desde 1999, aquando da 35ª Conferência Mundial do Escutismo (Durban, África do Sul), que a definição da missão do Escutismo foi ratificada, consistindo em “contribuir para a educação dos jovens, partindo de um sistema de valores enunciado na Lei e na Promessa escutistas, ajudando a construir um mundo melhor, onde as pessoas se sintam plenamente realizadas como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade”(World Scout Bureau, 2000) O seu alcance depende do envolvimento dos jovens, ao longo dos seus anos de formação, num processo de educação não-formal, através de um método original, segundo o qual cada indivíduo é o principal agente do seu próprio desenvolvimento, para se tornar uma pessoa comprometida, responsável, autónoma e solidária. A missão escutista ajuda os jovens através da definição de um sistema de valores baseado em princípios espirituais, sociais e pessoais, expressos na Lei e Promessa Escutista(World Scout Bureau,2000). A Visão do Escutismo, adoptada em 2014, na 40ª Conferência Mundial do Escutismo (Liubliana, Eslovénia), baseia-se na ambição de em

2023 o Escutismo ser o movimento líder mundial na educação de jovens, permitindo que 100 milhões de jovens sejam cidadãos ativos, atores de mudança positiva nas suas comunidades e mundo, através do sistema comum de valores. Com efeito, a OMME pretende que os jovens sejam educados para desempenharem um papel construtivo na sociedade, ao mesmo tempo que criam um mundo melhor (Conferência Mundial do Escutismo, Liubliana, 2014). Nesta conformidade, foram adoptadas na mesma conferência seis prioridades estratégicas para o movimento, que agora vigoram e dizem respeito aos métodos educativos, à diversidade e inclusão, à participação jovem, ao impacto social, à comunicação e relações externas e à boa governação. Na mesma conferência, foi aprovado o rascunho do que viria a ser o Plano de Ação Trienal 2017-2020, referido no sub-capítulo anterior, e finalizado pelo Comité Mundial do Escutismo, tendo sido assim adoptada oficialmente a nova estratégia do Movimento, bem como os seus objetivos e meios de execução. (OMME, 2014)

Figura 4 - Campanha Mundial da OMME com o intuito de permitir a 100 milhões de jovens uma cidadania ativa através do Escutismo



Fonte: OMME, 2015

4.1.2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português, membro da OMME, é uma Instituição reconhecida de Utilidade Pública há 35 anos, conforme a publicação no Diário da República nº 177, II série, de 3 de Agosto de 1983, e é uma associação sem fins lucrativos, não-governamental, apartidária e destinada à formação de jovens com base no voluntariado dos seus membros e método escutista (CNE, 2018). O CNE é um Movimento da Igreja Católica, membro da Conferência Internacional Católica do Escutismo (CICE), aprovada pela Santa Sé e com estatuto consultivo na OMME, membro por sua vez da Conferência de Organizações Católicas - um espaço internacional de encontro, partilha, reflexão e comunhão dos Escuteiros Católicos. De acordo com a organização territorial nacional do CNE, a Associação está organizada em quatro níveis: nacional, regional e de núcleo (este último apenas para as regiões de Braga, Porto e Lisboa, dada a sua extensa rede escutista ativa) e a nível local: Agrupamento. Existem atualmente em função ativa 1025 Agrupamentos (grupos locais) em todos os concelhos do território continental e regiões autónomas, e ainda Macau, Genebra e Zurique. (CNE, 2018)

Figura 5 - Agrupamentos do CNE em Portugal Continental



Fonte: CNE, 2018

Figura 6 - Agrupamentos do CNE nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores



Fonte: CNE, 2018

Figura 7 - Agrupamentos do CNE na Suíça



Fonte: CNE, 2018

Figura 8 - Agrupamento do CNE em Macau



Fonte: CNE, 2018

Todos os membros que aderem voluntariamente ao CNE comprometem-se com a Lei, base de toda a ação escutista, e princípios, através da Promessa, concebida por Baden-Powell, como podem ser abaixo consultados.

Quadro 1. A Lei do Escuta

1. A honra do Escuta inspira confiança.
2. O Escuta é leal.
3. O Escuta é útil e pratica diariamente uma boa acção.
4. O Escuta é amigo de todos e irmão de todos os outros Escutas.
5. O Escuta é delicado e respeitador.
6. O Escuta protege as plantas e os animais.
7. O Escuta é obediente.
8. O Escuta tem sempre boa disposição de espírito.
9. O Escuta é sóbrio, económico e respeitador do bem alheio.
10. O Escuta é puro nos pensamentos, nas palavras e nas ações

Quadro 2. Três Princípios do Escuta

1. O Escuta orgulha-se da sua Fé e por ela orienta toda a sua vida.
2. O Escuta é filho de Portugal e bom cidadão.
3. O dever do Escuta começa em casa.

Quadro 3. Termos de Compromisso de aderência ao CNE através da Promessa

- Cumprir os meus deveres para com Deus, a Igreja e a Pátria;
- Auxiliar o meu semelhante em todas as circunstâncias;
- Obedecer à Lei do Escuta.

Fonte: CNE, 2018

Em termos pedagógicos, o CNE organiza as crianças e jovens em quatro secções, sendo que estas se diferenciam pelo nome e vivência, que podem ser consultadas nos quadros abaixo. O segundo quadro diz respeito aos Agrupamentos em que o escutismo é vivenciado na sua vertente marítima.

Quadro 4 – As Secções do CNE

	I Secção	II Secção	III Secção	IV Secção
Designação da Secção	Alcateia	Expedição	Comunidade	Clã
Designação do elemento	Lobito	Explorador	Pioneiro	Caminheiro
Faixa etária	Dos 6 aos 10 anos	Dos 10 aos 14 anos	Dos 14 aos 18 anos	Dos 18 aos 22 anos

Fonte: CNE, 2018

Quadro 5 – As Secções do CNE na vertente marítima

	I Secção	II Secção	III Secção	IV Secção
Designação da Secção	Alcateia	Flotilha	Frota	Comunidade
Designação do elemento	Lobito	Moço	Marinheiro	Companheiro

Fonte: CNE, 2018

O uniforme pode ser consultado na Fig.9. O elemento pedagógico que identifica o Escutismo foi criado por Baden-Powell, o chamado método escutista, um sistema de auto-educação progressiva baseado na Lei e Promessa e em sete elementos igualmente relevantes (ver Fig.10).O objetivo educativo do escutismo é constituído pelas capacidades (conhecimento, competências e atitudes) e pelas necessidades e aspirações dos jovens em cada uma das seis áreas de desenvolvimento pessoal: físico, afetivo, caráter, espiritual, intelectual e social (Fig.11).

Figura 9 – Uniforme Escutista



Fonte: CNE, 2018

Figura 10: Método Escutista



Fonte: CNE, 2018

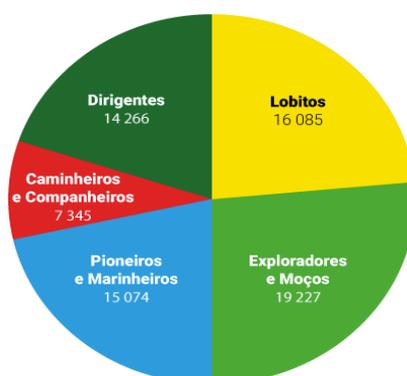
Figura 11: Objetivos Pedagógicos do CNE



Fonte: CNE, 2018

O Corpo Nacional de Escutas conta atualmente com um efetivo de 71 993 distribuídos pelas quatro secções e Dirigentes - os adultos voluntários que contribuem para a formação dos jovens. Os Lobitos contam com um efetivo de 16 085, já os Exploradores e Moços são a secção que reúne o maior volume de associados com 19 227 elementos. Os Pioneiros e Marinheiros reúnem uma fatia de 15 074 associados e os Caminheiros e Companheiros 7 345 do efetivo total. Por fim, os Dirigentes perfazem um total de 14 266 voluntários, como pode ser observado na Fig. 8.

Figura 12: Divisão do Efetivo por Secções



Fonte: CNE, 2018

A nível nacional, a função executiva é exercida por uma equipa eleita, a Junta Central, a função fiscalizadora pelo Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, sendo o órgão deliberativo o Conselho Nacional (Plenário ou de Representantes). Nos diferentes níveis, os processos eleitorais são geridos por Comissões Eleitorais e os Conselhos (Assembleias) por equipas eleitas que constituem a Mesa do Conselho. Podem ser consultadas as funções dos órgãos do CNE no quadro organizacional abaixo. (CNE, 2018).

Quadro 6 – Órgãos do CNE e suas Funções



Fonte: CNE, 2018

Sendo a Junta Central o órgão executivo a nível nacional do CNE, constituída pelo Chefe Nacional, Chefe Nacional Ajunto, Secretário Internacional, Assistente Nacional (nomeado pela hierarquia da Igreja) e Secretários Pedagógico, de Adultos, Ambiente e Sustentabilidade, Planeamento e Gestão, a esta cabem-lhe algumas funções. A Junta Central assegura a representação da associação, desenvolve o espírito de fraternidade mundial do Escutismo, coordena e dinamiza a prossecução dos objetivos da associação, promove as ações necessárias à correta aplicação do método escutista, administra o património a nível nacional do CNE, dinamiza a independência económica da associação e assegura o funcionamento dos Serviços Centrais, implementando a eficiência organizativa.

O Conselho Fiscal é composto pelo seu Presidente, Vice-Presidente, Secretário e três vogais, tendo a função fiscalizadora. Com efeito, compete-lhe zelar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos do CNE, dar parecer sobre o relatório de contas ao Conselho Nacional, acompanhar e fiscalizar a administração e gestão financeira da Junta Central, elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar, exercer o poder disciplinar e, em último recurso, jurisdicional, convocar os Conselhos Nacionais quando este não o faça nos termos estatutários e regulamentares, emitir recomendações aos órgãos do CNE e cumprir as demais atribuições constantes da lei.

À Mesa dos Conselhos Nacionais compete-lhe a convocação e orientação dos trabalhos dos Conselhos Nacionais, sendo constituída por um Presidente, dois Vice-Presidentes, três Secretários e o Assistente Nacional. Por outro lado, à Comissão Eleitoral Nacional compete-lhe liderar todos os processos eleitorais.

4.2 A INTEGRAÇÃO DOS ODS NO CNE

Desde que concedido, em 1947, o estatuto consultivo à OMME no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, ambas as organizações têm trabalhado em conjunto nas áreas da paz, desenvolvimento, educação, juventude e direitos humanos, tendo ambas estado envolvidas em vários programas, projetos e iniciativas conjuntas, através de diversos Acordos e Memorandos de Entendimento com vista a uma cooperação a longo termo, tendo as relações e parcerias entre ambas vindo a desenvolver-se significativamente. (Scouting and the United Nations, 2005) Com efeito, a OMME esteve envolvida no processo de conclusão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015) e o esforço foi reconhecido pela ONU na 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013. (OMME, 2018)

4.2.1 ESTADO ATUAL

Atualmente, o CNE não dispõe de uma estratégia nacional de integração dos ODS. No entanto, realiza várias iniciativas que visam a concretização dos mesmos e tem como prioridades os ODS 1, 2, 3 e 4 - Erradicar a Pobreza e a Fome e Saúde e Educação de Qualidade. Mais recentemente, aquando da sua comemoração do 95º aniversário (Maio de 2018), o CNE lançou, a nível nacional, o desafio da concretização dos ODS através da criação de uma insígnia própria (Fig.13), e de uma angariação de fundos destinada à ONGD HELPO, com o intuito de ser construída uma infraestrutura de apoio à educação de crianças num país em desenvolvimento. (CNE, 2018)

Visto não existir muita informação documentada sobre a inclusão dos ODS no CNE, foi realizada uma entrevista ao Chefe-Nacional Adjunto do CNE, Joaquim Castro de Freitas, que é também quem chefia a Equipa de Desenvolvimento e Relações Externas, que lança as diretrizes sobre a integração dos ODS na Associação. Quando inquirido sobre a importância dos mesmos, não hesitou em referir a Agenda 2030 como um documento fundamental de diagnóstico, orientação e inspiração para a ação para a sociedade e muito em especial e particular para o CNE, devido não só à sua missão, natureza e

Figura 13: Insígnia do CNE do desafio da concretização dos ODS



Fonte: CNE, 2018

responsabilidade, mas também à sua dimensão e papel na sociedade. Acredita que a inclusão da Agenda 2030 no programa educativo do CNE representa um campo de descoberta de oportunidades educativas que os escuteiros podem incluir nos seus projetos e estes tornarem-se embaixadores dos ODS para a sensibilização da população. O Chefe Nacional Adjunto afirma que o CNE começou por desenvolver trabalho na área dos ODS através de jogos e desafios que ajudassem à concretização dos objetivos, como no Acampamento Nacional (ACANAC) de 2017, que contou com mais de 20.000 participantes e a presença do Presidente da República. Por outro lado, menciona a parceria com a ONGD HELPO, acima mencionada, através da campanha nacional escutista *O Mundo nas Mãos*. Acrescenta ainda que o CNE tem uma parceria firmada com outra organização de juventude com o intuito de criar estratégias que levem os ODS às escolas. Quando questionado sobre que trabalho está o CNE a desenvolver na área dos ODS, assegura que está a ser construído um conjunto de ferramentas pedagógicas e de apoio à ação de Dirigentes, assente também em práticas internacionais, para que estes possam, de forma mais eficiente, desenvolver trabalho nesta área com os jovens escuteiros.

Em entrevista realizada ao ex-Presidente do Comité Mundial do Escutismo (2014-2017), órgão executivo da OMME, o português João Armando Gonçalves considera que alguns dos ODS estão bastante ligados àquilo que é a ação do CNE, como seja o ODS 4, e que a associação presta um grande contributo através das ações que desenvolve no seu quotidiano, tal como através dos seus programas em África para fazer face à fome e a pobreza - diretamente ligados aos ODS 1 e ODS 2. Por outro lado, em grande destaque, surge uma das batalhas que o escutismo, segundo o entrevistado, pode ajudar a travar, a do ODS 5 - Igualdade de Género, tendo vindo a realizar trabalho neste sentido, através dos valores transmitidos aos jovens, atividades conjuntas com divisão equitativa de tarefas, transmissão de conhecimento e experiência, etc. Considera importante “dar maior visibilidade ao que fazemos, aumentar a consciência dos jovens para os ODS, identificar práticas comuns e contribuições do movimento para os ODS. Em termos mais concretos, creio que temos já bastantes programas e iniciativas concretas, mas que nem sempre associamos aos ODS, como por exemplo as 48 horas de voluntariado”, uma celebração nacional de serviço comunitário e de promoção de voluntariado em que são realizadas ações em todo o território onde o CNE está representado, privilegiando a dimensão da animação local e valorizando o CNE enquanto escola de voluntariado. Relembra que

existem outras iniciativas e projetos, sobretudo na área do ambiente e serviço, que contribuem diretamente para o alcance dos ODS, como o programa Escuteiros do Mundo, através do qual são realizados projetos em três áreas distintas: ambiente, desenvolvimento e paz. Outras grandes contribuições são as atividades e formações, a nível de adultos e jovens, dinâmicas nacionais, ACANACS, Rovers (acampamento destinado à IV^a Secção), ou Cenáculos, também destinados à IV^a secção, funcionando como uma escola de participação e formação para temas em que os jovens possam ter um papel fundamental.

4.2.2 OS ODS NA REGIÃO EUROPEIA

O CNE está inserido na Região Europeia, com outros 40 países membros, perfazendo um total de 2 milhões de membros ativos na Região e 40 milhões a nível mundial (dados OMME, 2018). A Região Europeia tem uma equipa de voluntários a trabalhar sobre os aspetos educacionais dos ODS, seguindo as linhas orientadoras do atual Plano de Ação 2017-2020 da OMME. Tendo em conta a dimensão e importância da Região Europeia no lançamento de diretrizes e apoio ao CNE, decidi entrevistar a pessoa responsável pela implementação dos ODS, a escuteira belga Veerle Havarhals, que integra, em conjunto com mais nove membros, o Comité Europeu do Escutismo, órgão executivo da Região Europeia. Fá-lo a título voluntário por “paixão e pela motivação constante” que tem ao desejar que os jovens estejam conscientes do que podem e devem fazer pelo mundo. Quando inquirida sobre a importância da inclusão dos ODS no programa juvenil escutista, é da opinião de que o conhecimento dos ODS e a ação por via dos mesmos deve ser algo “natural nos jovens, pois são eles que viverão no futuro neste planeta”, e, por outro lado, “o papel dos escuteiros deve ser de liderança, não só como embaixadores dos ODS (através do acordo existente entre a OMME e a ONU), mas também como cidadãos ativos e exemplares”.

Quanto ao trabalho realizado em prol dos ODS pela Região Europeia, V. Havarhals afirma que a prioridade do Comité é apoiar as Associações Escutistas Nacionais, certificando-se de que estas têm os recursos necessários, e facultando informação, consciencialização, inspiração e motivação, sobretudo através de ações que outras Associações Escutistas tenham realizado ou estejam a realizar em prol dos ODS. Por outro lado, a Região realiza eventos a nível europeu de consciencialização e de integração dos ODS, por vezes parcial, integrando-os em algumas ações, e outras total, como foi o

caso do recente Fórum Europeu de Métodos Educacionais Escutistas (Roménia, 30 Maio - 3 de Junho, 2018), que incluiu, nos seus quatro grandes temas, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Quando questionada sobre as maiores dificuldades que a Região ultrapassa face à inclusão dos ODS as Associações Escutistas Nacionais, a jovem belga afirma que a integração dos ODS nos programas educativos nem sempre é uma prioridade; que a percepção dos ODS pode não ser positiva por se tratar de um processo político; e que nem sempre há reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos escuteiros pelos Governos locais. Com efeito, o trabalho realizado pela Região Europeia neste tópico está longe de estar concluído, mas bastantes iniciativas estão a ser desenvolvidas. Assim, importa referir as mais importantes e as que tiveram ou estão a ter maior impacto.

1. Uma grande iniciativa de Educação para o Desenvolvimento para escuteiros diz respeito ao documento de 2017 “*Scouts and Guides: Active Global Citizens*”, produzido por Associações Escutistas e Guidistas Europeias e especialistas de ONGDs. Os temas e assuntos globais cobertos pelo documento estão diretamente ligados aos ODS, constituindo este uma ferramenta de entendimento dos desafios atuais, de soluções para mudar o mundo, de preparar a geração futura para erradicar a pobreza, combater a injustiça e desigualdade, respeitar a diversidade e identidade e promover a cooperação, resolução de conflitos, pensamento crítico e vidas sustentáveis. (Scouts and Guides: Active Global Citizens, 2017)
2. A Associação Escutista Escocesa tem trabalhado sobre o tema e criou um documento que inclui dezassete atividades, uma para cada um dos ODS (OMME, 2018)
3. A Associação ASDE dos Escuteiros de Espanha criou uma aplicação (app) com o objetivo de dar a conhecer os ODS, através da consciencialização para os problemas atuais (OMME, 2018).
4. A Associação Escutista Belga disponibiliza no seu website dezenas de ferramentas, incluindo várias ligações e jogos face aos ODS e o documento “*Du Scoutisme dans les Global Goals*” (Do Escutismo aos Objetivos Globais), que inclui informação sobre os ODS, recursos pedagógicos e atividades, com vista à compreensão dos mesmos e à ação. (OMME, 2018)

5. A Associação Escutista Dinamarquesa também desenvolveu recentemente dois documentos com o propósito de envolver os escuteiros nos ODS, disponibilizando um deles informação sobre os objetivos e sendo composto por um vasto conjunto de atividades para idades diferentes (2018), e tendo o outro (2017) como intuito a sua utilização no acampamento nacional dinamarquês. Nesta ocasião, foram criadas 10 parcerias com organizações diferentes (empresas, ONGs e organizações políticas), divulgado material relevante, postas em prática no acampamento diversas atividades, criado uma insígnia para usar no uniforme e convidado o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, que apoiou o projeto e esteve presente no acampamento nacional. (OMME, 2018)
6. A Associação Francesa dispõe de uma página na internet completamente dedicada não só à descrição dos ODS, como também ao trabalho desenvolvido pelos escuteiros e guias franceses através de ações, consciencialização, educação para a paz e ainda diversos mecanismos como publicações, documentos, guias e iniciativas tomadas e a tomar com vista à concretização dos ODS. As mais notáveis são a disponibilização de um guia de ações já concretizadas por outros escuteiros no alcance de cada objetivo; um vídeo que reconhece o trabalho escutista na promoção da paz; ações realizadas por escuteiros franceses em países em desenvolvimento tendo por base alguns ODS; e um dos programas mais bem sucedidos desta Associação - o Serviço Cívico Francês, uma parceria ente os Escuteiros e Guias Franceses e o Ministério da Educação deste país. (OMME, 2018) O serviço consiste na associação de jovens a missões, através da realização de trabalho voluntário, com uma bolsa fixa mensal noutra país, numa das nove áreas distintas, todas elas ligadas aos ODS: Cultura e Lazer; Desenvolvimento Internacional e Ação Humanitária; Educação para todos; Meio-Ambiente; Resposta a Emergências em caso de Crise; Cidadania; Saúde; Solidariedade e Desporto. O programa conta com mais de 200 voluntários desde 2010 e oferece 80 missões em França e no estrangeiro (OMME, 2018)

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 PLANO DE INTEGRAÇÃO DOS ODS NO CNE

Na medida em que o Plano de Ação para o CNE se entende pela resposta às perguntas de partida, que têm em conta toda a investigação desenvolvida neste trabalho, importa refletir sobre as mesmas.

1. Como é que a ED pode ajudar o Corpo Nacional de Escutas a contribuir positivamente para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

A ED pode ajudar o CNE a contribuir positivamente para o alcance dos ODS através do seu objetivo: a consciencialização para os temas transversais às questões do desenvolvimento, como a interculturalidade, paz, democracia e justiça social, e defesa da sustentabilidade ambiental, social e económica, tendo em vista uma maior consciencialização para a importância destas questões como condição para um desenvolvimento sustentável. (ENED, 2018) Assim, de acordo com a ENED, podem ser distinguidas três formas de intervenção nos processos de aprendizagem realizados no âmbito das ações de ED, que podem ser desenvolvidas pelo CNE:

1. *Sensibilização, Consciencialização e Mobilização*: através desta forma de intervenção direcionada para a mudança de comportamentos, atitudes e valores, visando a consciencialização para a discriminação, injustiça, falta de solidariedade e desigualdade, e permitindo um maior compromisso para a transformação social, importa refletir sobre como pode ser desenvolvida pelo CNE. A Associação já realiza trabalho nesta área, visto que a educação não-formal providenciada aos escuteiros, através dos objetivos educativos do escutismo (físico, afetivo, carácter, espiritual, intelectual e social) vai ao encontro destas formas de intervenção. No entanto, mais ações do género podem ser tomadas a nível de Agrupamento (local) nas reuniões (maioritariamente) semanais, atividades desenvolvidas e acampamentos ao longo do ano. Por outro lado, os Núcleos e Regiões, aquando dos encontros promovidos pelas mesmas - dias festivos e de celebração, acampamentos de Núcleo e Região (ACANUC, ACAREG), e atividades típicas em secção, que acontecem periodicamente e se destinam aos escuteiros do mesmo núcleo ou

região, pode ser tomada a iniciativa de incluir esta forma de intervenção. A nível nacional, sendo o maior encontro o ACANAC (acampamento nacional), e havendo outras atividades, vale a pena destacar a importância das mesmas, que, devido à sua grande capacidade de envolvimento, são capazes de promover ações de ED a nível nacional, uniformizando a educação dada aos escuteiros nesta área e levando-a a todas as regiões.

2. *Ação Pedagógica*: esta ação, baseada na promoção da leitura crítica sobre questões de desenvolvimento e mobilização para a transformação dessas realidades pode inserir-se mais na estratégia das Secretarias constituintes da Junta Central, em particular a Pedagógica. Com vista a uma melhor divisão de trabalhos pelas mesmas, os ODS prioritários para o CNE (1, 2, 3 e 4), mas também os outros, podem ser distribuídos pelas várias Secretarias, devendo estas desenvolver trabalho neste sentido mais eficazmente. Assim, e como exemplo, a Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade poderia abraçar os ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Produção e Consumo Sustentáveis, 13 - Ação Climática, 14 - Proteger a Vida Marinha (especificamente para os escuteiros marítimos) e 15 - Proteger a Vida Terrestre (especificamente para os escuteiros terrestres). A sua aplicação prática seria baseada no método escutista e desenvolvida nos canais acima identificados na primeira forma de intervenção.

3. *Concertação para a melhoria das políticas*: Esta concertação tem por objetivo fornecer argumentos a pessoas ou instituições com poder para tomar decisões significativas de modo a mudar ou preparar políticas direcionadas para a promoção de ED. Deste modo, importa indicar como primeiros intervenientes os membros da Junta Central, visto serem quem toma as decisões significativas da associação e quem pode mudar políticas. Através desta estratégia, a equipa que coordena e dinamiza a prossecução dos objetivos da associação, a Junta Central, poderá passar a incluir os ODS na sua agenda, sendo assim possível dinamizá-los a nível nacional.

Com efeito, a ENED, como veículo condutor do CNE em matéria de ED, pode ajudar a Associação a formar cidadãos responsáveis comprometidos com o processo de transformação social com vista à construção de sociedades mais justas, inclusivas, solidárias, sustentáveis e pacíficas.

2. Como pode o CNE, através da ED, e tendo em conta outras iniciativas escutistas, implementar os três objetivos da OMME relativos ao Desenvolvimento Sustentável no seu programa?

A resposta a esta segunda pergunta de partida está em parte ligada à primeira, visto que os três objetivos da OMME podem ser implementados através da estratégia de ED acima referida. No entanto, é necessário reforçar a estratégia com ações não só recomendadas pelos três entrevistados, como também com informações recolhidas nos *websites* e documentos oficiais das diversas Associações Escutistas Europeias, visto constituírem uma fonte útil de boas práticas.

De acordo com a informação reunida, a maior sugestão feita ao CNE é a criação de recursos disponíveis, especialmente online, sobre os ODS, visto ainda não existirem. Sugere-se neste sentido a utilização dos seus meios de comunicação para a sensibilização, mobilização e consciencialização, como o seu *Website*, o Facebook (cerca de 61.000 seguidores), o Instagram (com cerca de 15.000 seguidores), a Flor de Lis (revista mensal recebida por todos os cerca de 15.000 Dirigentes do CNE) e a Escutismo TV (canal audiovisual com cerca de 20.000 seguidores).

O conteúdo online, documentos lançados e atividades são as formas mais comuns das outras associações europeias alcançarem os jovens e integrarem os ODS nos seus programas juvenis. Com efeito, o CNE pode aproveitar grandes eventos, como já o fez, para integrar os ODS na sua agenda, alcançando um maior número de crianças e jovens. A distribuição de materiais como folhetos, brochuras, ou cartazes pode ser um meio a ser tido em conta também.

No que diz respeito ao conteúdo, e em conformidade com outras associações, podem ser criadas guias, com diretrizes claras, que integrem não só os ODS, como também formas de os alcançar através do escutismo - como seja através da introdução de uma atividade de sensibilização ou acção para cada objetivo; disponibilização de informação acerca de atividades já realizadas anteriormente, servindo de exemplo para alcançar os objetivos; recursos pedagógicos com vista à compreensão dos ODS, jogos e iniciativas que integrem os objetivos da ED; ações a tomar na vida escutista e pessoal; etc. A promoção de

programas portugueses como o de Serviço Cívico Francês pode também ajudar na realização dos ODS.

Outra recomendação é a formação de parcerias com outras entidades, não só escotistas/guidistas, com a Associação dos Escoteiros de Portugal ou a Associação de Guias de Portugal, visto partilharem muitos valores e características da missão que têm em comum; mas também com parceiros políticos - Câmaras Municipais, Ministérios ou Secretarias de Estado, especialmente relacionadas com a área da Educação; ou ONGDs, visto realizarem trabalho focado em diversas áreas em comum com o CNE e contarem com uma vasta experiência e conhecimento.

A inclusão deste Plano de Integração dos ODS no CNE conta com alguns desafios. O primeiro diz respeito à grande autonomia e liberdade que os Agrupamentos têm, sendo que a vida escutista de um escuteiro gira em torno do seu grupo local. A integração dos ODS a nível local dependerá sempre do Dirigente responsável pela Secção onde vai integrar os ODS, que, por sua vez, dependerá do Chefe Regional, que por sua vez, dependerá dos membros da Junta Central. Com efeito, é necessário começar por persuadir a Junta Central a incluir o projeto de integração dos ODS no CNE, para que esta a possa transmitir às Regiões, e estas, por sua vez, aos Núcleos (quando existentes) e por fim aos Agrupamentos, podendo possivelmente ser necessária alguma formação dos Dirigentes na área dos ODS. Assim, o primeiro desafio que se coloca é a persuasão da Junta Central e é nesse sentido que surgem estas recomendações. Este trabalho, devido ao limite de palavras, não permite a realização de uma estratégia completa, focando-se primariamente no primeiro passo que é a persuasão da Junta Central. Numa segunda fase seriam incluídas as Regiões e Núcleos e, numa terceira, os Agrupamentos.

CONCLUSÃO

Parte da conclusão do Trabalho de Projeto pode encontrar-se no último capítulo, que descreve as soluções e recomendações sobre o problema organizacional identificado no início do trabalho, isto é, a falta de uma estratégia de integração dos ODS no CNE. O estudo teve por base a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2018-2022), como possível veículo condutor em matéria de Educação para o Desenvolvimento do CNE, e as boas práticas e estratégias utilizadas por diversas associações escutistas europeias para o alcance dos ODS. Nesta conformidade, e através da literatura e entrevistas realizadas, foi possível obter respostas sólidas para as duas perguntas de partida, concluindo-se que o CNE, dadas as suas características, assentes no seu sistema de valores, pode introduzir três formas distintas de intervenção no que diz respeito a ações de ED: sensibilização, consciencialização, mobilização; ação pedagógica e concertação para a melhoria das políticas; e pode implementar os três objetivos da OMME tendo em conta as boas práticas escutistas europeias de inclusão dos ODS, como a criação de conteúdo online e offline, utilizando as suas diversas plataformas, inclusão dos ODS em atividades, jogos e iniciativas a nível nacional/regional/local, disponibilização de informação sobre boas práticas e recursos pedagógicos, promoção de programas cuja finalidade seja o alcance de ODS ou formação de parcerias com diversas entidades.

O trabalho demonstrou ter resultados positivos de que a Associação poderá beneficiar. No entanto, vale a pena refletir sobre as duas maiores dificuldades na investigação. Por um lado, existe claramente falta de literatura no que diz respeito à inclusão dos ODS no Movimento Escutista, tendo sido necessário realizar entrevistas. Por outro lado, a Associação, e o Movimento em geral, realiza inúmeras iniciativas de ação para o alcance dos ODS, inclusive por se tratar de um movimento de educação não-formal de jovens (ODS 4), mas estes nem sempre são entendidos como tal, sendo difícil entender o que já foi realizado nesta matéria.

Em suma, mesmo tendo existido algumas dificuldades no acesso à informação, foi possível criar uma estratégia de integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável naquela que é a maior Associação de Juventude em Portugal, o Corpo Nacional de Escutas, que poderá beneficiar das soluções encontradas e recomendações aqui disponibilizadas.

BIBLIOGRAFIA

Adams, W.M. (1990), Green Development: Environment and Sustainability in the Third World. London: Routledge

Associação de Escoteiros de Portugal (online) Disponível em:

<https://www.escoteiros.pt/escoteiros-de-portugal/escotismo-portugues/federacao-escotista-portugal/> Consultado a 31 de Julho de 2018 às 23:04h

Baden-Powell (1999), Escutismo para Rapazes, Edição CNE.

Blewitt, John (2008) Understanding sustainable development. London: Earthscan.

Bruce, Robert D., (2015), The influence of Lord Robert Baden-Powell on the development of the boy scout movement with observations on its operation in Queensland 1907-1937, Queensland University of Technology

Castro, Carlos J. (2004), Organization & Environment, Vol. 17 No. 2, June 2004 195-225

Comissão Europeia (2007), O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: o Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização

Comissão Nacional da UNESCO (2006), “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)”, UNESCO Brasil. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>

Consenso Europeu para o Desenvolvimento (2017), (online):

https://ec.europa.eu/europeaid/policies/european-development-policy/european-consensus-development_en (Consultado a 20 de Outubro de 2018)

CNE (2018) - Corpo Nacional de Escutas (online): <https://escutismo.pt/dirigentes> (Consultado a 31 de Julho de 2018)

Easterly, William (2015), The SDGs should stand for senseless, dreamy, garbled. Artigo disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/09/28/the-sdgs-are-utopian-and-worthless-mdgs-development-rise-of-the-rest/> (consultado a 17 de outubro de 2018)

Escobar, A. (1995). Encountering development: The making and unmaking of the Third World. Princeton, NJ: Princeton University Press

European Scout Education Forum (online) Disponível em: <https://emforum.scouthub.org/> Consultada a 31 de Julho de 2018 às 23:01h

Instituto Camões, Educação para o Desenvolvimento (online): <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/educacao-para-o-desenvolvimento> Consultado a 31 de Julho de 2018 às 21:01h

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010), Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015). Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_nacional_ed.pdf

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010), Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015) - ENED Plano de Ação. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/plano_accacao_ened.pdf

Kates, Parris & Leiserowitz, (2005), Environment: Science and Policy for Sustainable Development, Volume 47, Number 3

Kates, Robert et al (2008) “What is sustainable development: goals, indicators, values and practice”, in Secondi, Giorgio (ed.) (2008) The development economics reader, London/New York: Routledge: 367-387.

La Fundación Vicente Ferrer (2014), Estrategia de educación para el desarrollo.

Disponível em: <https://www.fundacionvicenteferrer.org/es/sites/default/files/estrategia-de-educacion-para-el-desarrollo-fundacion-vicente-ferrer-20150804.pdf>

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017), Relatório Voluntário Nacional - Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/relatods17_pt.pdf

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación (2007), Estrategia de Educación para el Desarrollo de la Cooperación Española. Disponível em:

http://www.aecid.es/Centro-Documentacion/Documentos/Planificaci%C3%B3n%20estrat%C3%A9gica%20por%20sectores/estrategia_educacion_desarr.pdf

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2014), Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/160208B_ConceitoEstrategico_bilingue.pdf

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006), Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa

Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2014), Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/ped_conceito_estrategico_cp1420.pdf

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Escutismo Belga (online) Disponível em: <https://lesscouts.be/animateurs/auquotidien/sengager/global-goals.html?L=0> Consultado a 31 de Julho de 2018 às 22:49h

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Escutismo Escocês (online) Disponível em: <https://www.scouts.scot/members/programme/international-support/sustainable-development-goals-resources/> Consultado a 31 de Julho de 2018 às 22:47h

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Escutismo Francês (online) Disponível em: <https://www.sgdf.fr/actualites/toute-l-actualites/les-actualites/2189-les-scouts-et-guides-de-france-acteurs-des-objectifs-de-developpement-durable> Consultado a 31 de Julho de 2018

OMME (2018), (online) <https://www.scout.org/> (Consultado a 20 de Outubro de 2018)

Pereira, Carlos Alberto (2013), Identidade Católica do CNE, CNE. Disponível em: http://congresso.cne-escutismo.pt/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es_Congresso/1_Igreja/Pereira.CA.pdf

Plano Trienal da WOSM 2017-2020 (online) Disponível em: https://issuu.com/worldscouting/docs/triennial_plan_2017-2020_en Consultado a 31 de Julho de 2018 às 22:43h

Plataforma Portuguesa das ONGD (online): <http://www.plataformaongd.pt/> consultado a 31 de Julho de 2018 às 20:20h

PNUD (2003) Relatório do desenvolvimento humano 2003. Nova Iorque: Nações Unidas. (Cap. 4: “Políticas públicas para assegurar a sustentabilidade ambiental”)

PNUD (2008) Relatório do desenvolvimento humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. Nova Iorque: Nações Unidas.

Sakiko Fukuda-Parr (2016) From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development, *Gender & Development*, 24:1, 43-52

Scouts and Guides: Active Global Citizens (online) Disponível em:

<http://globalscouting.eu/wp-content/uploads/2017/11/SCOUTS-AND-GUIDES-ACTIVE-GLOBAL-CITIZENS.pdf> Consultado a 31 de Julho de 2018

Simon & Schuster, (1982), Independent Commission on Disarmament and Security Issues, *Common Security: A Blueprint for Survival* (New York: Independent Commission on International Development Issues, North-South: A Program for Survival (Brandt Report) (Cambridge, MA: MIT Press, 1980)

Spejderne (2017), *Scouting and guiding activities with the Global Goals*, Jamboree Denmark, Spejderne

The Johannesburg Declaration on Sustainable Development, 4 September 2002, http://www.housing.gov.za/content/legislation_policies/johannesburg.htm (consultado a 18 de outubro de 2018)

Turner, G.M., 2008. A comparison of the limits to growth with 30 years of reality, *Global Environmental Change* 18, 397–411

World Commission on Environment and Development (WCED), *Our Common Future* (New York: Oxford University Press, 1987) Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>